

Neoliberalismo, mundo do trabalho e formação docente: a política intervencionista do Banco Mundial

Isaías Batista de Lima(*)

RESUMO

Este artigo focaliza as modificações ocorridas no mundo trabalho e suas repercussões no campo da formação docente, patrocinadas pelo Banco Mundial, sobretudo após a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990)*, cujas orientações se apresentam como condicionantes de empréstimos como forma de plasmar, no caso Brasileiro, sua política de formação docente. É uma pesquisa de cunho bibliográfico que analisa através da historicidade as mediações que nortearam o processo de conformação a que o Brasil tem se submetido no campo educacional a uma agenda definida por critérios oriundos do estrangeiro. Assim, o debate em torno da formação docente que experimenta o Brasil se circunscreve nos interesses mais gerais do processo de reprodução da sociedade capitalista nos parâmetros do ideário neoliberal imposto pelo Banco Mundial.

ABSTRACT

This article focalise the modifications happened in the work world and your repercussions of the formation teachers, about the influence of the World Bank, after *World Conference of Education for All (1990)*, whose orientation to condition loans especially in Brazilians' case on the politics in the formation teachers. This study's is based on a bibliography that tries to recall the descriptive analytic history from a category of treatments about Brazilians' case for identify your submission the orientation exterior. The debate about formation teachers in the Brazil is limited for reproduction process of the capitalist society is in conformity with neo-liberal principles determined for World Bank.

Palavras-chave: Banco Mundial; Formação docente, Política e educação; Educação e mundo do trabalho

Keywords: World Bank, formation teachers, education and politics, education and works world.

Este artigo apoiado nas análises efetivadas pela pesquisa de mestrado pretende discutir os processos de formação humana hodiernamente, nos obriga para um melhor entendimento a fazer um *détour histórico* para compreender como o processo de humanização se dá através da relação homem-natureza, mediada pelo trabalho. É nesta relação e suas mediações que emerge a educação, que para melhor ser compreendida deve-se entender como ela se apresentou em seu processo histórico constitutivo; bem como o *ethos social e político* que a condicionou nesse processo.

Não é ocioso destacar, que ainda é comum na discussão sobre o fenômeno educativo considerá-lo no interior do âmbito escolar, como algo diverso da vida social em seu cotidiano, como que uma realidade à parte da *totalidade concreta*¹. Nesse sentido, busco numa perspectiva filosófica considerá-la em sua realidade múltipla, em sua totalidade histórica²

A educação assim considerada se articula com processo de trabalho e portanto com o próprio fazer-se do homem, que emerge na história como subjetividade autônoma, quando abandona sua posição passiva e assume a função de sujeito frente a natureza, realizando nela seus projetos subjetivos. Embora inicialmente dirigidos pela necessidade primária de sobrevivência imediata, enquanto animal biológico, mas ali estava o germe 'evolutivo' de sua emancipação do *reino da necessidade para o reino da liberdade* (MARX, 1989), cuja atividade fundante é a atividade laborativa. Daí, Engels dizer que: *É (o trabalho) a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem*. Esta atividade laborativa inaugura o rompimento entre o homem e o animal. *Por isto podemos dizer que o trabalho define a essência humana* (SAVIANI, 1994:148). Não posso afirmar um sem, ao mesmo tempo, afirmar o outro. E nesse processo o homem humaniza o mundo e a si mesmo. Não o faz instintivamente, mas mediado pela intencionalidade da consciência; tampouco o faz impunemente. Assume a tarefa de tomar o mundo

objeto de seus desejos, seja da *necessidade ou da fantasia*³. É somente nesse espaço de conquista de sua humanidade que é possível falar em educação (OLIVEIRA, 1986).

Dito isto, podemos considerar a relação trabalho-educação em sua historicidade, como ela se construiu ao longo dos tempos, como atividade antropogênica do homem no mundo - o mundo humano. Tal relação só é rompida com o surgimento da sociedade de classes, que cria a escola (em grego: lugar do ócio) como o espaço privilegiado do saber, destinado para aqueles que detinham a posse sobre propriedades e não precisavam trabalhar, propriedade esta que não se resumia a posse da terra, mas sobre as próprias pessoas, posto que o trabalho era escravo e este sequer era tido como ser humano, mas como instrumento que fala. Assim, enquanto para o 'povo' (escravos e/ou servos) havia uma educação para o trabalho no próprio processo de trabalho, para os proprietários havia uma educação identificada com o não-trabalho na escola. Essa relação é própria da Idade Antiga e Idade Média. Na modernidade e, portanto com o capitalismo o saber emerge como condição de possibilidade de manutenção do modo de produção nascente.

Assim, a educação escolar torna-se necessária ao padrão de acumulação que se instaura, através do adestramento do trabalhador às funções e papéis estabelecidos pela institucionalidade burguesa e seu modo de produção correspondente, a saber: o modo de produção capitalista. No entanto, o saber a eles destinado é aquele necessário para que eles possam trabalhar e apenas nessa medida funcional que a reprodução do capital exige. Assim, o saber passa a abrigar um conteúdo perpassado pelos interesses de classes; em que a classe hegemônica [burguesia] busca manter sua condição de dominação, reproduzindo seus valores e visão de mundo. A educação então passa a ser instrumental à luta de classes.

A partir dos elementos aqui expostos podemos então refletir sobre essa relação conflituosa que vai marcar os processos de produção. É em virtude disso que surge a

¹ Karel Kosik. **A dialética do concreto**. "Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (...) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade, e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimentos da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético -...- se são entendidos como partes estruturais de um todo".

² Ela (filosofia) - apenas ela - reata as reflexões fragmentárias e os conhecimentos parcelares. Impossível fazer abstração da filosofia como pesquisa sobre o homem (essência e existência), sobre o conhecimento (verdadeiro e falso), sobre o possível e o impossível. Não há outra referência para apreciar e pôr em conexão os elementos e fragmentos descobertos (LEFEBVRE, 1991:17).

³ Karl Marx. **O Capital**. Livro I, Vol. I. Cap. I - A mercadoria. Analisa o processo de produção das mercadorias no capitalismo a partir de duas categorias fundamentais: o valor de uso e o valor de troca. A partir de tal análise faz derivar a análise do duplo caráter do trabalho contido na mercadoria: o trabalho concreto e o trabalho abstrato.

técnica ⁴ que, historicamente, se desenvolveu antes e como pré-requisito para a ciência ⁵. Podem ser identificados dois momentos no desenvolvimento da ciência. Primeiro, quando ela se apresenta como propriedade social generalizada ocasionalmente na produção, tais avanços se verificam nos séculos XVI e XVII, quando a ciência não estava ainda estruturada diretamente pelo capitalismo nem por suas instituições. As universidades ainda não estavam estruturadas com base social firme para as ciências, ainda prevalecia o saber clássico. Segundo, quando ela se apresenta no centro da produção capitalista, com a revolução técnico-científica que começou nas últimas décadas do século XIX até os dias atuais. A ciência se torna mercadoria, integrada como parte do funcionamento normal do sistema social, se transformando em capital (BRAVERMAN, 1981). Essa transformação técnico-científica tem por objetivo reduzir a intervenção humana no processo de produção, mantendo-a sobre o controle do capital, esse é o fundamento das transformações tecnológicas que se operam no capitalismo. A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto na esfera da produção, marcada pelo aumento vertiginoso do capital constante e a conseqüente redução do capital variável, que tem uma única finalidade, a saber: fazer depender o capital cada vez menos do trabalho e submeter a produção ao seu controle total. Essa tem sido a tarefa que a gerência capitalista tem se proposto historicamente. Isso vai provocar transformações não apenas na esfera da produção, mas traz em seu bojo mudanças significativas para o trabalho no que tange a sua qualificação; as exigências que então se lhe irão impor para participar do processo produtivo.

Para se compreender a forma que o trabalho tem assumido e as exigências que a ele tem hodiernamente se apresentado, faz-se necessário a compreensão da forma societal vigente, cujas feições mais significativas, do ponto de vista do trabalho, foram gestadas no último quartel deste século; configurado na forma como esta tem buscado produzir sua existência material. Assim

sendo, cumpre expor o processo produtivo que plasmou nossa forma societária vigente, a saber: produção flexível.

A época atual é marcada por uma profunda crise no conjunto dos valores, costumes, hábitos, crenças e representações em geral. Marcada pela perda dos valores civilizatórios da modernidade, cujo reflexo fundamental é a perda dos referenciais utópicos [socialismo, comunismo - posto que não é possível pensar qualquer outra forma de sociabilidade que não esteja sob a órbita do capital] e das perspectivas de um futuro diferente do proposto pela lógica do mundo das mercadorias, soando como que uma negação plena do passado e a afirmação do presente como algo sem passado e inédito.

Tal crise é fruto da agressiva remodelação da nova organização do trabalho fundado em bases tecnológicas, cuja expressão tem sido a automação, a robótica e a microeletrônica, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho, de produção e reprodução de capital. Sintetizados em suas características por Frigotto:

- a) uma determinada forma de organização do trabalho fundada em bases tecnológicas que se pautam por um refinamento do sistema de máquinas de caráter rígido, com divisão específica do trabalho, um determinado patamar de conhecimento e uma determinada composição da força de trabalho;
- b) um determinado regime de acumulação, fundado numa estrutura de relações que buscou compatibilizar produção em grande escala e consumo de massa num determinado nível de lucro;
- c) e por fim, um determinado modo de regulação social que compreende a base ideológico-política de produção de valores, normas, instituições que atuam no plano de controle das relações sociais gerais, dos conflitos intercapitalistas e nas relações capital-trabalho.

⁴Coméllus Castoriadis. **As encruzilhadas do labirinto**. "Técnica, do grego *techné* remonta a um verbo muito antigo, *teúô* (...), cujo sentido central em Homero é 'fabricar', 'produzir', 'construir'; *teúos*, 'ferramenta', 'instrumento', é também o instrumento por excelência: as armas (pp. 236-237)".

⁵Hary Braverman. **Trabalho e capital monopolista**. "Em vez de formular significativamente novos enfoques das condições naturais de modo a tornar possíveis novas técnicas, a ciência, em seus inícios sob o capitalismo, no mais das vezes formular suas generalizações lado a lado com o desenvolvimento tecnológico ou em conseqüência dele (pp. 138-139)".

É portanto uma crise do capitalismo sob nova forma de produção fundada na ciência que foi apropriada pelos mecanismo de produção capitalista, pelo capital e posta à seu serviço no processo de reprodução social ⁶.

A saída para a crise hodierna, como forma de recomposição da base de acumulação capitalista, tem duas configurações: uma política e outra econômica. No plano político, assume-se a exclusão como fator natural numa espécie de *darwinismo social* submetido à lógica do mercado, ausentando-se o Estado de suas responsabilidades e sua intervenção na área social, reduzindo drasticamente seus investimentos neste setor e previdenciário, além do fim da estabilidade no emprego. É o Estado Mínimo ⁷. Na economia, impera o economicismo, pautado numa visão mistificadora e reificante do mercado como esfera fundamental de regulação da sociabilidade em geral e das trocas sociais, capaz de regular e solucionar a crise posta. Aqui, se reivindica a neutralidade da técnica e do saber como algo pairando sobre as classes sociais, aliás questiona-se inclusive a existência destas. Impera assim um determinismo tecnológico calcado num reducionismo economicista que naturaliza o mercado (BRAGA, 1996).

Tais modificações incidiram diretamente sobre o trabalho, levantando inclusive debates acerca de sua validade para explicar a sociedade atual e mesmo de sua necessidade para o mercado, levando alguns teóricos a afirmarem ser o fim do trabalho e portanto dos referenciais de explicitação da sociabilidade fundada em tal pressuposto, do tipo: se não há mais classes sociais, não podemos mais pensar a sociedade a partir desta referência. Fato é que o trabalho mudou em sua forma e conteúdo. Ironicamente, quanto mais o homem controla a natureza e a domina, esse se lhe apresenta como não domínio, posto que a maquinaria emerge como seu algoz. Ou seja: o domínio humano sobre a

natureza não passa de uma abstração, posto que quem controla a técnica é o próprio capital que, por sua vez, controla o trabalho, escravizando-o ⁸. Essa subsunção do trabalho ao regime do capital, ancorado no desenvolvimento científico e tecnológico, convencionalmente chamada de Terceira Revolução Industrial que assume as características acima referidas, tem dividido a literatura acerca da forma da sociabilidade atual em basicamente duas correntes, a saber: os que afirmam, a partir da teoria social de Marx, a centralidade do trabalho como categoria fundante do homem e da sociabilidade na história, sem a qual é incompreensível o real. O trabalho é paradigmático, é o referencial a partir do qual as atividades sociais, o homem e a sociabilidade devem ser compreendidos, pois nada mais são que resultantes da forma como a sociedade se organiza para produzir sua existência material (LUKÁCS). E os que afirmam a não centralidade do trabalho na explicitação da sociabilidade e relações sociais, precisamente por conta da automação de base microeletrônica e o acentuado progresso técnico que se viu inaugurado no processo de produção, gerando o desemprego estrutural e ao questionamento sobre a necessidade mesmo do trabalho para o processo produtivo, os tem levado a criticar a sua centralidade na explicitação das relações sociais hodiernas.

A questão de fundo posta, pode ser sintetizada em duas referências fundamentais: afirmação de uma técnica e saber neutros perpassando todas as classes, e, por outro, pôr em xeque a validade analítico-estratégica da teoria que tem a luta de classes por fundamento, como instrumento emancipador da sociabilidade capitalista.

A época atual nos impõe então o desafio de pensá-la, seus complexos, relações e mediações à luz da teoria que nos inspira. Nesse sentido, não há como negar que a contemporaneidade é marcada por significativas transformações, sobretudo na esfera do trabalho. E que

⁶Aqui assumimos a mesma postura dos críticos do economicismo que recusam em ver a época atual como a vitória do capital sobre o trabalho, onde este é relegado a ostracismo na compreensão da sociabilidade posta pelo desenvolvimento científico. Antes disso, vêem a crise do capitalismo como a crise do próprio capital, sob a forma da tecnologia, e, que põe desafios para pensarmos o mundo diante dessa nova forma, sem porém negar o caráter ontológico do trabalho, como necessidade universal do intercâmbio entre o homem e a natureza, no dizer de Marx. Só para citar alguns: ANTUNES (1995), FRIGOTTO (1995), TEIXEIRA (1995), DIAS (1996), BRAGA (1996), ALVES (1995), DEL PINO (1996), BRAVERMAN (1987), LESSA (1997).

⁷G. Frogotto. **Educação e crise do capitalismo real**. Fundamentalmente, a tese neoliberal (que não é unívoca) postula a retirada do Estado da economia – ideia do Estado Mínimo –; a restrição dos ganhos de produtividade e garantias de emprego e estabilidade de emprego; a volta das leis de mercado sem restrições; o aumento das taxas de juros para aumentar a poupança e arrefecer o consumo; a diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais (pp. 80, 81).

⁸Idem. **Trabalho e Capital Monopolista**. A massa humana está submetida ao processo de trabalho para os fins daqueles que a controlam [maquinaria] mais que para qualquer fim geral da 'humanidade' como tal. Ao adquirir assim forma concreta, o controle humano sobre o processo de trabalho converte-se no seu contrário, e vem a ser o controle do processo de trabalho sobre a massa de homens. A maquinaria entra no mundo não como serva da 'humanidade', mas como instrumento daqueles a quem a acumulação de capital proporciona a propriedade das máquinas. A capacidade humana para controlar o processo de trabalho mediante a maquinaria é dimensionada pelo gerenciamento desde o início do capitalismo como o meio principal pelo qual a produção pode ser controlada não pelos produtores imediatos, mas pelos proprietário e representantes do capital (pp. 167, 168).

portanto pensá-la, é pensar tais modificações, seus significados e implicações para a classe-que-vive-do-seu-trabalho⁹.

A década de 80 é marcada por profundas transformações no mundo do trabalho, trazendo implicações não só para a estrutura produtiva, mas também para as representações políticas e sindicais. Na esfera econômica, viu-se a invasão da ciência e da tecnologia a serviço direto da produção e reprodução do capital, cujos movimentos determinantes foram: a automação, a robótica, a microeletrônica, que invadiram o setor produtivo inserindo-se nas relações de trabalho, criando um novo *ethos* para estas relações. O modelo fordista/taylorista da produção em série e de massa regulada pelo cronômetro sofre substantivas mudanças que caracterizam a chamada produção flexível, marcada pela concentração industrial e controle de qualidade, submetido às necessidades emergentes do mercado, para as necessidades do consumidor mais localizado e regional, combinando desenvolvimento tecnológico e desconcentração produtiva.

Do ponto de vista político e sindical, é marcado pela desregulamentação dos direitos trabalhistas conquistados em um longo período histórico de lutas dos trabalhadores, inaugurando um período em que se fortalece a afirmação do fim das ideologias, do socialismo, das classes sociais, do trabalho e da história.

Assim, as modificações por que passa a sociedade atual, em particular com o fim do emprego formal, tem provocado duas conseqüências sinistras para a *classe-que-vive-do-seu-trabalho*¹⁰: a despolitização que passa a envolver o mundo da produção e o aumento da subemprego (através do assalariamento do setor de serviços, incorporação da mão-de-obra feminina, aumento do trabalho temporário, subcontratado e terceirizado, etc.). Levando a uma profunda

complexificação, fragmentação e heterogeneização da classe-que-vive-do-seu-trabalho. Isto tem provocado um repensar das formas de representação sindical, dado a individualização das relações salariais que passou a imperar no mundo das relações de produção. Descaracterizando as formas de luta de classes, chegando-se a afirmar inclusive o fim das classes sociais e portanto do conflito entre elas.

Mundo do trabalho e (neo)liberalismo: em busca de um (novo) trabalhador e educador

Esse é portanto o complexo contexto que se nos apresenta como instaurador da problemática que pretendemos expor, a saber: as modificações ocorridas no mundo do trabalho e os problemas relativos à formação de aptidões para o trabalho e a luta de classes que a permeia.

As modificações ocorridas no mundo do trabalho têm ensejado, conforme o exposto, modificações profundas nos processos de formação de aptidões para o trabalho. Isso é acompanhado pela necessidade de preparação do trabalhador para o domínio de tais aptidões, como condição de possibilidade de efetivação da produção e reprodução do capital, que se dá cada vez mais mediante a inversão de capital constante no máximo de suas possibilidades. Tal tem sido a idéia força que perpassa o ideário dos capitalistas no interior da chamada sociedade do conhecimento, que busca, no dizer de Frigotto (1995), transformar o proletariado em *cognitariado*, identificando-o como sendo aquele trabalhador que tem uma formação geral básica e sólida que o permite ser treinado e retreinado conforme as exigências do mercado, subordinado à lógica da exclusão

⁹Idem. **Adeus ao Trabalho**. A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser* (p. 15).

¹⁰ Denominação dada por Antunes em **Os Sentidos do Trabalho**. Os Novos Proletários do Mundo na Virada do Século”, para caracterizar a classe trabalhadora, buscando açambarcar todo o grau de complexificação que tal classe tem sofrido hodiernamente, fruto das modificações ocorridas no mundo do trabalho, levando a tantos autores proclamarem o fim do trabalho e portanto da classe trabalhadora. Sustentando a tese de que inobstante as modificações que tal classe tenha sofrido, são apenas modificações, pois existem enquanto classe que sobrevive e só sobrevive da venda de sua força de trabalho, pois destituídos de qualquer outra propriedade. “...nosso primeiro desafio é procurar entender o que é a *classe trabalhadora hoje*, o que o *proletariado hoje*, no sentido mais amplo do termo, não entendendo o os trabalhadores ou “os proletário do mundo” como *exclusivamente* o proletariado industrial. Eu diria, então, para começar a fazer um desenho dessa problemática, que o proletariado ou a classe trabalhadora hoje, ou o que denominei a *classe-que-vive-do-trabalho* compreende a *totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção*. Essa definição marxiana e marxista me parece *inteiramente pertinente*, como de resto o conjunto essencial da formulação de Marx, para se pensar a classe trabalhadora hoje (p. 196).

social; cujas competências se definem pela capacidade de abstração, polivalência, flexibilidade e criatividade, adequados às exigências da competição intercapitalista global. É um *détour* à teoria do capital humano rejuvenescida pelos organismos internacionais (BIRD, UNESCO, OIT) representantes dos interesses privados da classe proprietária¹¹. Esse rosário de preceitos agregados à outros propriamente afinados com o mercado, como: globalização, integração, flexibilidade, competitividade, qualidade total, participação, pedagogia da qualidade. Estes apresentam-se como condição de possibilidade de inserção no reino da sociabilidade capitalista contemporânea e sua reorganização mundial, bem como condição para se estabelecer um novo padrão de acumulação.

Essa exigência não tem reflexo apenas na formação do trabalhador, mas está também intimamente ligada à formação de professores que reúnem competências que os habilitem a forjar tal trabalhador. A educação emerge, então, no discurso hegemônico, como passaporte irrefutável e necessário para o desenvolvimento dentro dos padrões exigidos pela nova economia e condição de possibilidade de diminuição do fosso social que separa os países tecnologicamente industrializados e os países em desenvolvimento no interior do capitalismo internacional. Tais demandas recaem com uma expectativa sobre a educação básica; *...a educação básica, deve, também e sobretudo, na perspectiva da educação permanente, dar todos os meios de modelar, livremente, a sua vida e de participar na evolução da sociedade* (DELORS et alli, 1999:83)

É portanto nessa perspectiva que se situa o papel da educação básica, como possibilitadora de uma maior participação do indivíduo na vida social e produtiva; tendo uma função essencialmente mercadológica, reprodutora dos interesses e valores prementes da classe dominante que ‘controla’ o capital.

Tal funcionalidade aplicada à educação e ao trabalho não é nenhuma excrescência, se levarmos em conta que

encontramo-nos numa sociedade capitalista, cuja base sócio-econômica fundada no assalariamento sucumbe o trabalho como protoforma do ser social, ao ser este e suas qualidades apropriado pelo capital e posto a seu serviço, cuja mediação se dá no mercado como mercadoria. Ora, se o trabalho se apresenta como mercadoria, também assim se apresenta o seu ‘dono’, o portador de capacidade de trabalho - o trabalhador.

O trabalho intelectual como uma qualidade própria do trabalho pedagógico não foge a tal lógica¹². *O trabalho de educador realiza-se nas mesmas condições impostas pelo modo de produção e pela formação social vigente nas sociedades históricas em que se desenvolve*. (SEVERINO, 1994:57).

Nesse contexto societário que estamos vivenciando, perpassado por uma reorganização em nível global, que põem as bases para um “novo” desenvolvimento que a sociabilidade capitalista tem assumido, com conseqüências não só econômico, mas dos valores éticos, morais, ideológicos, enfim, e, os organismos que representam tais mudanças e os interesses que as estão plasmando. Curiosamente, o que preceitua-se em matéria de educação para os países pobres e América Latina pelos governos mundiais que controlam o capital, através de suas agências, no caso o BM, o Brasil vem seguindo à risca todos eles. A atenção à educação básica nesta década é um exemplo disso.

Tal ênfase sobre a escola de primeiro grau (e o conseqüente incremento dos empréstimos para esse nível) viu-se reforçado em virtude da Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien, Tailândia, em março de 1990, convocada conjuntamente pela UNESCO, UNICEF e o BM, que definiu a educação básica como a prioridade para esta década e a educação de primeiro grau como “caro-chefe” no alcance da referida educação básica (TORRES, 2000:128-129).

¹¹ Gaudêncio Frigotto. **Educação e a crise do capitalismo real**. ...o ajuste neoliberal se manifesta no campo educativo e da qualificação por um revisitar e “rejuvenescer” a *teoria do capital humano*, como um rosto, agora, mais social.

Os grandes mentores desta veiculação rejuvenescida são o Banco Mundial, BID, UNESCO, OIT e os organismos regionais e nacionais a eles vinculados. Por esta trilha podemos perceber que tanto a integração econômica quanto a valorização da educação básica geral para formar trabalhadores com capacidade de abstração, polivalentes, flexíveis e criativos ficam subordinados à lógica do mercado, do capital e, portanto, da diferenciação, segmentação e exclusão (p. 145).

¹² Karl Marx. O Capital- crítica da economia política. In: F^o José S. Teixeira. **A Economia Política da Social Democracia: uma análise crítico comentada**. Parte I- Antivalor: uma revolução copernicana na forma de produção de mercadoria. “Um negro é um negro. Somente em determinadas condições torna-se escravo. Uma máquina fiadora de algodão é uma máquina fiadora de algodão. Apenas em determinadas condições ela se torna capital”. Fortaleza-Ce. (mimeo). p.03.

Conferência que o Brasil participou e foi um dentre os 155 países que assinou o *Plano de Ação*, que estabeleceu o centrar atenções ao ensino fundamental. Assim, suas ações, se encaminharam no sentido de orientar a educação para a *satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Daí, emergiu no cenário brasileiro o discurso da prioridade e defesa da qualidade da educação básica, onde a preocupação com a formação de professores é associada a esta preocupação (VIEIRA & VERAS, 1993).

Esta decisão do Brasil não foi fortuita, mas obedece a uma política determinada pelo BM, que a partir de então passou a direcionar com prioridade os seus empréstimos em matéria de educação para a educação básica.

Especialmente depois da 'Conferência Mundial sobre Educação para Todos' (patrocinada pelo Banco junto com o PNUD, a UNESCO e o UNICEF, e realizada em Jomtien em 1990) o Banco tem dado prioridade aos investimentos em educação básica. Entre 1990 e 1994 os empréstimos para este setor representam um terço do total dos empréstimos para a educação (Banco Mundial, 1995b, p. 117, apud. TOMMASI, WARDE, HADDAD, 2000, P. 196).

Mais curioso ainda é que os argumentos que sustentam as propostas dos cursos de formação de professores no Brasil, são precisamente os mesmos apresentados pelo Banco Mundial a respeito dos maiores óbices da educação brasileira, a saber:

O diagnóstico do Banco sobre o sistema de educação brasileiro ressalta que o maior problema é a baixa qualidade, causa dos altos índices de repetência e evasão. Portanto, o objetivo perseguido pelo Banco é melhorar a qualidade e a eficiência do ensino, através de:

- melhoria da capacidade de aprendizagem do aluno;*
- redução das altas taxas de repetência;*
- aumento das despesas por aluno*

(TOMMASI, WARDE, HADDAD, 2000:197-198).

Ora, a legislação que apoia tais cursos tem em sua gênese exatamente nesses pressupostos. Melhorar a qualidade desse nível de ensino mediante o aumento do custo aluno.

Para a profissionalização dos professores, estão sendo propostos: programas de capacitação à distância; preparação pedagógica mais breve, menos acadêmica; contratação de especialistas com experiência no setor produtivo; regime de dedicação exclusiva, sem a contrapartida salarial; liberdade para os centros educativos na determinação total ou parcial dos salários dos docentes, de acordo com o projeto educativo.

Numa tradição de dependência, o Brasil vem seguindo à risca a orquestração dos organismos internacionais (NEREIDE SAVIANI, 1997:05).

Evidencia-se uma definição da educação a partir de critérios técnico e gerenciais vindos de fora, indicadores de padrão de qualidade e critérios de avaliação próprios, que incidem direto na formação do professor, que levou Luís Carlos de Freitas a chamar de influência neotecnicista na educação.

Neste processo, tenta-se passar a idéia de que o professor deve ter autonomia, que a administração deve ser descentralizada, participativa, mas, no entanto, este processo democrático deve servir a interesses centralizados e não aos interesses dos professores, alunos ou das classes populares. Em suma, aumento e controle combinado com autonomia na execução local. O que se vê emergir como modelo, assim, é o desenvolvimento de formas participativas em um contexto em que a política está sendo traçada fora da escola, sendo que os professores estão sendo incapazes (optados) apenas para implementar os detalhes (FREITAS, 1999:95).

Nesse quadro se insere a formação de professores em serviço, como uma forma de reduzir o tempo de formação que assume uma feição meramente pragmática, reduzida às infinitudes de questões que emergem do seu cotidiano de sala de aula, em que o professor emerge como um prático de sala de aula.

A formação de professor é preferencialmente vista como algo

prático. O conceito de 'prática social' tende a ser reduzido ao conceito de 'problemas concretos', e os últimos orientam a formação do educador. Com isso, a formação teórica do educador corre sérios riscos. (...) Com isso, elimina-se a formação teórica (e política) do profissional, convertendo-o em um [practitioner], um prático. A questão não aumentará a prática em detrimento da teoria e vice-versa - o problema consiste em adotarmos uma nova forma de produzir conhecimento no interior dos cursos de formação do educador (FREITAS, 1999:96).

Esta tem sido a tese vigente e hegemônica na educação, manietada pelos interesses do capital, calcado na restauração da teoria do capital humano configurado em sua prática no neotecnicismo, cujo fim último é a reprodução da sociabilidade do capital.

Conclusão

O debate em torno da formação de professores que experimenta o Brasil se circunscribe dentro dos interesses mais gerais do processo de produção e reprodução da sociedade vigente em tempos neoliberais. Onde a definição da educação é feita a partir de critérios técnico e gerenciais vindos de fora, indicadores de padrão de qualidade e critérios de avaliação próprios, que incidem diretamente na formação do professor.

É nesse quadro que se insere a formação de professores em serviço, tendo-o como uma forma de reduzir o tempo de formação que assume uma feição meramente pragmatista, reduzida às infinidades de questões que emergem do seu cotidiano de sala de aula.

Esta tem sido a tese vigente e hegemônica na educação, manietada pelos interesses do capital, calcado na restauração da teoria do capital humano configurado em sua prática no neotecnicismo, cujo fim último é a reprodução da sociabilidade do capital.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Nilda (Org.). *Famação de professores pensar e fazer*. 5ª ed. São Paulo. Cortez, 1999. – (Questões de Nossa Época: 1).
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3ª - Editora da Universidade Estadual de Campinas/ São Paulo - Campinas, Cortez, 1995.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 2ª - São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro. Zahah, 1981.
- CASTORIADIS, Comélius. *As encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1999.
- DIAS, Edmundo et al. *A ofensiva neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília: Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996.
- ENGELS, F. *A dialética da natureza*. 4ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.
- FRIGOTTO, G. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo. Cortez, 1995.
- _____. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.
- KOSIK, K. *A dialética do concreto*. São Paulo. Paz e Terra, 1995.
- KULLOK, Maisa G. Brandão. *Famação de professores para o próximo século: novo locus?* São Paulo: Annablume, 2000.
- IEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo. Ed. Ática. 1991.
- LUKÁCS, G. *A ontologia do ser social*. Parte I. (mimeo). 1969.
- MANACORDA, Mário A. *O princípio educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1990.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo. Edições 70, 1981.

_____. *O capital*. Livro 1. Vol. I. Trad. Reginaldo Santanna. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. sd.

_____. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. Lisboa. Edições Mandacaru, 1977.

_____. *O Método da Economia Política*. 3ª Parte. Trad. Fausto Castilho. Campinas. IFCH/UNICAMP, 1997.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. A educação e os fundamentos antropológicos dos horizontes científicos. *Revista Síntese* N° 38 (1986). Pág. 11-22.

GOVERNO DO CEARÁ. *Leis Básicas da Educação*. SEDUC, 1997.

REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE - ANDES-SN - São Paulo - Ano IV N.º 10 - Janeiro, 1996.

SAVIANI, Dermeval, GOERGEN, Pedro (Org.). *Famação de Professores a experiência sob o olhar brasileiro*. Campinas, SP: Autores Associados. São Paulo: NUPES, 1998.

SAVIANI, Nereide. *Educação brasileira em tempos neoliberais*. Princípios. São Paulo. Anita Garibaldi, N.º 45. 1997.

SEVERINO, A. Joaquim. *Filosofia da Educação: construindo a cidadania*. São Paulo. FTD, 1994.

SOARES, José T. (Org.). *A formação do professor leigo: operação de guerra*. 2ª ed. Sobral: UVA, 1998.

TEIXEIRA, Fco. J. S. e OLIVEIRA, M. A. (Org.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

TEIXEIRA, Fco. J. S. *Oliveira e o modo social-democrata de produção* um novo modo de produção ou uma nova forma de produção de mercadoria? Fortaleza, sd. [Mimeografado].

_____. *A Economia Política da Social-Democracia: uma análise crítico comentada*. Parte I - Antivalor: uma revolução copernicana na forma de produção de mercadoria. Fortaleza, sd. [Mimeografado].